

## I. CONTEXTO ESTRATÉGICO

### A. Contexto do país

1. **Entre as maiores economias de África, Angola tem uma oportunidade histórica de tirar o máximo partido do seu capital humano.** Após uma profunda recessão causada pela queda constante do preço do petróleo e agravada pela COVID-19, a economia angolana está a dar sinais de recuperação, mas as perspectivas continuam incertas. A economia de Angola registou uma contração de quase 11% entre 2015 e 2020. Em 2021, Angola saiu da sua recessão de cinco anos, com o PIB a crescer 0,8%, devido ao aumento do preço do petróleo e à recuperação dos sectores não petrolíferos após a COVID-19. O crescimento está estimado em 3,5 por cento para 2023. Apesar das perspectivas económicas positivas, cerca de um terço da população angolana vive na pobreza (menos de 2,15 USD por dia, de acordo com o limiar de pobreza internacional atualizado), com elevadas taxas de desemprego e um custo de vida crescente. A inflação alimentar continua elevada, com 24% em termos anuais (em julho de 2022), embora esteja a diminuir (de 31,6% no ano anterior). A pontuação de 0,36 do Índice de Capital Humano (ICH) de Angola<sup>1</sup> está entre as mais baixas do mundo, abaixo da média da África Subsariana (ASS) (0,40). A taxa de fecundidade total de 6,2 filhos por mulher é a segunda mais elevada do mundo (depois do Níger) e a taxa de fecundidade na adolescência é também uma das mais elevadas do mundo, com 143 raparigas (15-19 anos) por 1.000 a tornarem-se mães na adolescência, em comparação com a média da África Subsariana de 98.<sup>2</sup> O ensino superior tem um papel central na mobilidade social através da igualdade de oportunidades educativas para todos, especialmente para os grupos marginalizados, como as mulheres e as crianças de comunidades com baixos rendimentos.<sup>3</sup>

2. **O governo aprovou recentemente um programa de desenvolvimento nacional centrado no capital humano, nas infra-estruturas e na diversificação económica.** Apesar do compromisso político para diversificar a economia, o país continua fortemente dependente do petróleo e do gás, que juntos representam 95% das exportações. O sector registou uma queda na produtividade, passando de um pico de 1,9 milhões de barris por dia em 2008 para 1,2 milhões de barris por dia em 2022. Prevê-se que continue a diminuir à medida que as reservas de baixo custo se esgotam. No futuro, a diversificação económica será fundamental para reduzir os efeitos da volatilidade dos preços do petróleo. Para tal, será necessário um esforço combinado e multisectorial para garantir um desenvolvimento sustentável. O *Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023 - 2027* dá prioridade aos investimentos na agricultura, transportes, água e energias alternativas, todos eles exigindo uma geração de trabalhadores com um conjunto especializado de competências técnicas, conhecimentos e habilidades.

3. **Este plano quinquenal será realizado no contexto da crise climática, que já está a demonstrar efeitos devastadores para o país.** Em 2021, mais de 10% da população (3,8 milhões de pessoas) não tinha alimentos suficientes e 1,2 milhões de pessoas vivem em condições de escassez de água. Estima-se que as perdas económicas devido ao impacto adverso das alterações climáticas apenas na agricultura custem à economia cerca de 100 milhões de dólares por ano.<sup>4</sup> Tal como sublinhado no Relatório sobre o Clima e o Desenvolvimento de Angola, a diversificação económica está indissociavelmente ligada ao desenvolvimento da sua resiliência à crise climática.<sup>5</sup> O reforço do capital humano do país é uma das cinco vias para fazer avançar a agenda climática, aumentando maciçamente as competências de adaptação e preparando os trabalhadores para a economia verde. No centro desta agenda está a melhoria da capacidade de investigação climática de Angola.

<sup>1</sup> Este valor indica que uma criança nascida atualmente em Angola só atingirá 36 por cento da sua produtividade potencial quando for adulta.

<sup>2</sup> Monsalves, Emma e Wendy Cunningham (2022). "Diagnóstico do Emprego Jovem em Angola". Banco Mundial. Em curso.

<sup>3</sup> Salmi, J. (2017). O imperativo do ensino superior: Knowledge, Skills, and Values for Development. Boston e Roterdão: Sense / Brill Publishers.

<sup>4</sup> Banco Mundial (2022). Angola Country Climate and Development Report. Washington: DC.

<sup>5</sup> Ibidem

**4. A reforma dos investimentos do país no seu capital humano equipará Angola com a força de trabalho necessária para responder tanto aos objectivos nacionais de diversificação económica como à crise climática.**

A faixa etária jovem de Angola, com 48 por cento da população com menos de 15 anos, representa um potencial motor significativo de prosperidade económica. Esta população jovem apresenta uma oportunidade histórica para gerar um dividendo demográfico, em que os ganhos de produtividade resultantes de um baixo rácio de dependência resultam num benefício económico para o país. No entanto, Angola ainda não tirou o máximo partido deste potencial, uma vez que 56,7 por cento dos jovens (15-24 anos) estão desempregados (em comparação com 30,2 por cento de desemprego global). O planeamento deste dividendo exige que se dote a população activa de competências relevantes orientadas para o emprego. Dada a necessidade crescente do país (e do continente) de responder às crises climáticas, as competências para a economia verde estão preparadas para ter uma procura cada vez maior em todos os sectores, exigindo que o "lado da oferta" da equação das competências ajuste e aumente os programas existentes que podem servir na luta contra as alterações climáticas e desenvolva formação em novas áreas de crescimento alinhadas com a expansão da economia verde.

**5. O mesmo se aplica a outros sectores que serão a fonte da inovação do futuro para Angola, como as infra-estruturas resilientes, a próxima geração de agricultura e produção alimentar sustentáveis e o desenvolvimento digital.**

A economia digital de África deverá atingir 180 mil milhões de dólares até 2025 (contra 115 mil milhões de dólares em 2020), representando 5,2% do PIB do continente.<sup>6</sup> Prevê-se que a procura de competências digitais para aproveitar estas oportunidades aumente rapidamente até 2030, representando mais de 230 milhões de empregos, o que resulta numa oportunidade de investimento de 130 mil milhões de dólares em competências digitais.<sup>7</sup> Esta mudança geracional constitui uma oportunidade para introduzir políticas que atraiam as mulheres para sectores tradicionalmente dominados pelos homens, ajudando assim a reduzir as disparidades salariais e de emprego entre homens e mulheres. As mulheres em Angola têm piores resultados no mercado de trabalho do que os homens em termos de emprego, salários e qualidade do trabalho.<sup>8</sup>

**6. O ensino superior de qualidade é vital para dotar os angolanos das competências necessárias para satisfazer as exigências actuais e impulsionar a inovação para o futuro, enquanto se constrói um conhecimento resiliente, produtivo e localmente relevante para a economia digital, verde e azul.**

A estratégia de ensino superior do Banco Mundial (2021) enfatiza que hoje, mais do que nunca, os sistemas de ensino superior são centrais para as transformações sociais e económicas substanciais necessárias para o mundo e, em particular, para a África, para alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo no rescaldo da pandemia global. Os investimentos no ensino superior, estrategicamente concebidos e eficazmente aplicados, são cruciais para que todos os países possam desenvolver os seus talentos e a sua capacidade de liderança; gerar e aplicar conhecimentos para resolver os desafios locais, regionais e internacionais; e participar activamente na economia global do conhecimento.<sup>9</sup> O ensino superior apoia o crescimento económico impulsionado pelo conhecimento por: (a) formar uma força de trabalho qualificada e adaptável para o futuro, incluindo cientistas, profissionais, técnicos, professores, funcionários públicos e líderes empresariais de alto nível; (b) gerar novos conhecimentos através da investigação de base e aplicada; e (c) fornecer uma plataforma para

---

<sup>6</sup> Google e IFC (2020). e-Conomy Africa 2020: O futuro da economia da Internet de 180 mil milhões de dólares em África.

<sup>7</sup> Corporação Financeira Internacional (IFC). 2019. "Competências digitais na África Subariana: Spotlight on Ghana".

<sup>8</sup> Monsalves, Emma e Wendy Cunningham (2022). "Diagnóstico do Emprego Jovem em Angola". Banco Mundial. Em curso.

<sup>9</sup> Arnhold, Nina; Bassett, Roberta Malee.

aceder às reservas existentes de conhecimentos globais e adaptando-as à utilização local. As instituições de ensino superior são únicas na sua capacidade de integrar e criar sinergias entre estas três dimensões.<sup>10</sup>

## B. Contexto Sectorial e Institucional

7. **O sistema de ensino superior angolano ainda é incipiente, mas está a crescer rapidamente.** O sistema de ensino superior angolano é composto por 85 instituições de ensino superior (27 públicas e 58 privadas) e serve 314.849 estudantes, dos quais aproximadamente 40% (126.395 estudantes) estavam matriculados em instituições públicas em 2020-21. Estas instituições empregam 11.433 docentes, 39% (4.504 docentes) dos quais apoiam instituições universitárias públicas e os restantes (61%) apoiam instituições privadas. Estas instituições são apoiadas por 7.777 funcionários, 52% dos quais pertencem ao sector público. Em 2018, uma grande parte do corpo docente (63%) trabalha a tempo parcial em instituições públicas e privadas (31% nas públicas e 85% nas privadas). As mulheres representam cerca de 37% da população estudantil matriculada, cerca de 21% do corpo docente e 47% do pessoal técnico das instituições públicas de ensino superior em 2020-21.<sup>11</sup> A maior parte das matrículas no ensino superior recai nos programas de humanidades (21,8%) e nos programas de formação de professores (21,6%). No entanto, até à data, nenhum programa está oficialmente acreditado, uma vez que a agência nacional de acreditação ainda não iniciou as suas operações. A Universidade Agostinho Neto é a instituição de referência no sector e a única a oferecer programas de doutoramento. Actualmente, tem XX estudantes de licenciatura, XX de mestrado e XX de doutoramento.

8. **O Governo de Angola (GdA) comprometeu-se a aumentar drasticamente o seu investimento no sector do ensino superior, de 0,39 por cento do PIB em 2022 para 1,5 por cento até 2027.** Em 2022, o governo gastou aproximadamente 86,7 milhões de dólares americanos (72.617 milhões de Kwanzas) no ensino superior, o que corresponde a cerca de 0,08 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país para o mesmo ano, a grande maioria dos quais vai para salários.<sup>12</sup> O GdA está empenhado em aumentar progressivamente este financiamento para permitir a transformação do sector. No entanto, são necessárias reformas fundamentais na governação sectorial e na gestão institucional para tirar o máximo partido destes recursos.

9. **O Governo de Angola e o recém-criado Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI) desenvolveram uma visão ousada para mudanças radicais no sector.** O MESCTI está actualmente a finalizar um livro branco para uma estratégia de dez (10) anos para o ensino superior (Livro Branco do Ensino Superior, LiBES) para o período de 2023 a 2032. Esta estratégia foi desenvolvida através de um processo consultivo, reunindo as principais partes interessadas, incluindo instituições de ensino superior, a comunidade académica e científica, a sociedade civil, peritos regionais e internacionais e com o apoio do Banco Mundial. O LiBES estabelece um plano ambicioso para expandir o acesso, a qualidade e a oferta do ensino superior (ES) e da investigação, com o objectivo de garantir que Angola possa tirar partido das oportunidades emergentes das revoluções digital, verde e azul.

10. **Foi realizado um trabalho analítico abrangente por uma equipa do Banco Mundial em 2022-2023, para melhor compreender os desafios e oportunidades do sector do ensino superior, acompanhar o Governo na preparação do LiBES e sustentar as propostas deste Programa.** Distribuído ao longo de 20 meses, de outubro de 2021 a maio de 2023, este trabalho foi liderado pelo Banco em colaboração com a comunidade académica angolana local e incluiu consultas com uma série de partes interessadas. Os principais desafios expostos através

<sup>10</sup> Salmi, J. (2017). O imperativo do Ensino Superior: Knowledge, Skills, and Values for Development. Boston e Roterdão: Sense / Brill Publishers.

<sup>11</sup> Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI), 2023.

<sup>12</sup> Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI), 2023 e Banco Mundial, 2023. Acedido aqui:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GD.P.MKTP.CD?locations=AO>

deste trabalho analítico relativamente ao ensino superior são resumidos da seguinte forma: (i) lacunas significativas no acesso ao ensino superior, incluindo nas instituições de formação de professores, (ii) elevadas taxas de repetição, abandono e conclusão, (iii) grandes disparidades de género no acesso e conclusão do ensino superior, particularmente nos cursos de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), (iv) baixa qualidade de ensino, particularmente nas instituições de formação de professores, com um forte ênfase no conhecimento teórico e oportunidades limitadas para a prática, (v) relevância limitada dos programas e cursos para as actuais exigências do mercado de trabalho, (vi) oportunidades inadequadas de formação no ensino superior em áreas críticas para a diversificação económica, particularmente no âmbito das economias digital, verde e azul, e, (vii) falta de condições e capacidades que permitam uma gestão eficiente, uma governação moderna e um financiamento sustentável do sector.

11. **Para enfrentar estes desafios e alcançar uma transformação económica sustentável, o sistema de ensino superior de Angola requer reformas em três dimensões: (i) melhorar a qualidade da preparação dos estudantes para aumentar o número total de matrículas e expandir as oportunidades para um acesso mais equitativo; (ii) melhorar a qualidade e o alinhamento dos currículos com o mercado de trabalho e instrução em áreas académicas prioritárias; e (iii) melhorar a governação e a gestão do sector do ensino superior.** A escala e o âmbito dos desafios nestes domínios conexos são apresentados a seguir.

**Quadro 1: Mapeamento dos principais desafios do sector do ensino superior para o Objectivo de Desenvolvimento do Projecto (ODP)**

<b>Desafio</b>	<b>Objectivo de Desenvolvimento do Projecto (ODP)</b>
Desafio 1. Fraca preparação dos estudantes, o que conduz a grandes lacunas no acesso e na equidade de género	Aumentar o acesso equitativo ao ensino superior
Desafio 2. Baixa qualidade do ensino e falta de relevância dos currículos para o sector	Concentração em áreas estratégicas prioritárias
Desafio 3. Capacidade de gestão limitada em matéria de governação e financiamento	Reforçar a governação e a gestão do sector

*Desafio 1. Preparação deficiente dos estudantes, que conduz a grandes lacunas no acesso e na equidade de género<sup>13</sup>*

12. **A oferta do ensino superior não acompanhou o ritmo da procura.** A Taxa Bruta de Matrículas no Ensino Superior (TBM) cresceu de 6% em 2014 para 7% em 2018 e 10,6% em 2019, mas actualmente situa-se em XX% -o que é inferior à média de 2020 de 9,6% para a África Oriental e Austral e 9,8% da África Subsariana (ASS), não incluindo os países de elevado rendimento da região.<sup>14</sup> As matrículas brutas no ensino superior aumentaram de 221 000 em 2014 para 314 849 em 2021 e a maioria destas matrículas (60%) foi absorvida pelo sector privado a partir de 2020.<sup>15</sup> A rápida expansão de instituições de privada de ensino superior na última década é um factor importante para o aumento da oferta: Angola viu o número total de Instituições de Ensino Superior (IES) privados crescer de 11 em 2010 para 57 em 2022 (Figura 1). Apesar desta rápida expansão, a oferta disponível não está a satisfazer a procura: por cada vaga na universidade, há três candidatos qualificados (Figura 2). Dadas as tendências demográficas e o compromisso do GdA de alargar o acesso a um

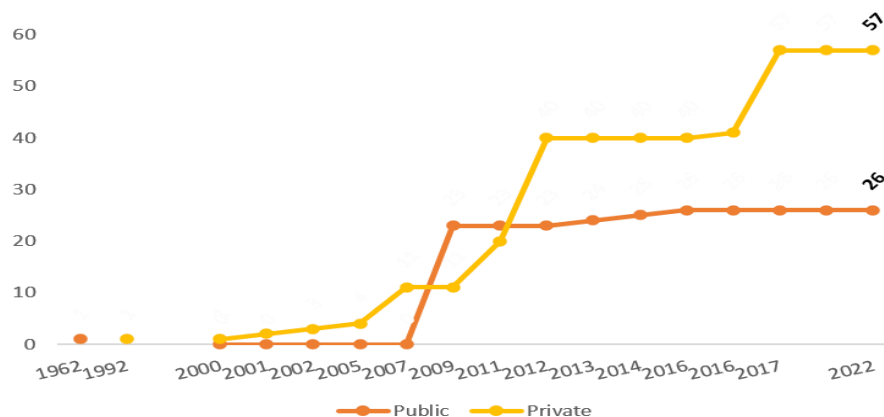
<sup>13</sup> Embora os desafios de acesso sejam generalizados em Angola, o MESCTI comprometeu-se a expandir a oferta de ensino superior através de financiamento interno. Como tal, a agenda de acesso será limitada aos institutos de formação de professores nesta fase do MPA.

<sup>14</sup> World Development Indicators, DataBank, Banco Mundial, 2023. Acedido aqui: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators/Series/SE.TER.ENRR>

<sup>15</sup> Discurso do Presidente da República de Angola sobre o Estado da Nação outubro de 2022 <http://www.embajadadeangola.com/pdf/Mensagem-Estado-da-Nacion-2022.pdf>

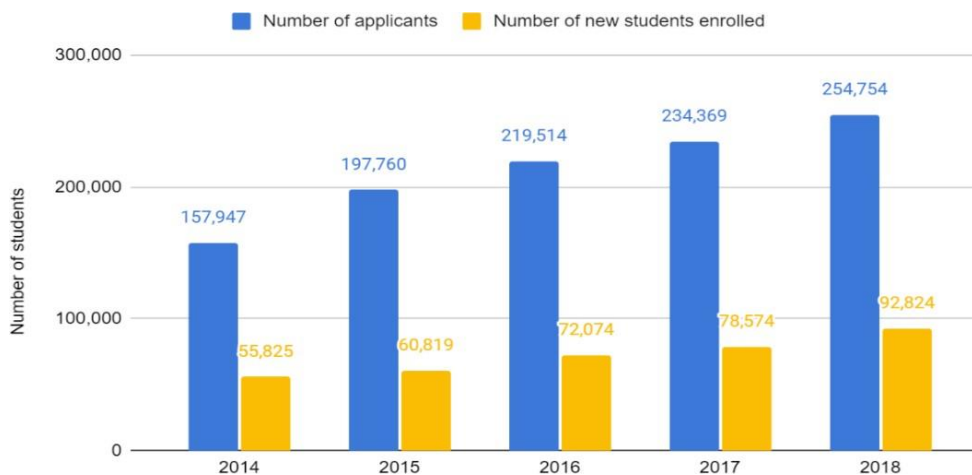
ensino secundário de alta qualidade, esta lacuna aumentará drasticamente na próxima década sem intervenções significativas.

**Figura 1. Rápida expansão do sector privado no ensino superior em Angola**



Fonte: Anuários Estatísticos 2014 - 2019 e Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior Privadas, Direção Nacional do Ensino Superior (DNES), MESCTI, Websites das Instituições de Ensino Superior, Angola

**Figura 2. Número de novos estudantes matriculados no ensino superior em comparação com os candidatos, 2014 - 2018**



Fonte: Anuário Estatístico 2014 - 2019, MESCT

13. **As ineficiências internas, tais como as elevadas taxas de repetição e as baixas taxas de graduação, reduzem a capacidade do sector para absorver novos estudantes e traduzem-se num desperdício de recursos insuficientes.** O recente diagnóstico do sector superior mostrou que, intrinsecamente aos desafios do lado da oferta relacionados com o ensino superior, o elevado grau de repetência, abandono ou não conclusão dos

estudos num prazo razoável - limita o número de vagas disponíveis para novas matrículas.<sup>16</sup> As elevadas taxas de repetência e de abandono precoce dos estudantes põem igualmente em causa a qualidade dos padrões de preparação, seleção ou admissão, bem como a aplicação de programas de recuperação à entrada no ensino superior. A falta de apoio sustentado aos estudantes, bem como o custo globalmente elevado da frequência do ensino superior, não suficientemente coberto pela ajuda financeira, contribuem ainda mais para as elevadas taxas de abandono escolar. A eliminação destes obstáculos ao sucesso e à progressão dos estudantes pode reduzir a repetência e o abandono escolar, aumentar as taxas de conclusão dos estudos e libertar espaços para absorver mais estudantes, nomeadamente de grupos tradicionalmente sub-representados.

**14. As restrições do lado da oferta à providencia de ensino superior são ainda ampliadas por condições de habilitação deficientes, como equipamento de ensino e aprendizagem inadequado e infra-estruturas digitais.** Poucas IES públicas dispõem dos laboratórios necessários para ministrar instrução científica prática aos estudantes, e os laboratórios existentes carecem frequentemente de equipamento importante, o que os torna inutilizáveis. Este facto também impede o acesso ao ensino e aprendizagem práticos das CTEM. É importante notar que a maioria das universidades em Angola têm conectividade irregular à Internet. Em contraste com os seus pares regionais, como Moçambique e África do Sul, Angola não possui uma Rede Nacional de Investigação e Educação (RNIE), o que limita grandemente a capacidade do sector do ensino superior para alavancar o potencial da infraestrutura digital e da tecnologia para contribuir para a diversificação económica. A falta de uma RNIE inibe o poder de negociação colectiva do sector do ensino superior para ligar as universidades a uma banda larga acessível e fiável uma das outras através da conectividade de rede. Isto prejudica a capacidade de colaboração académica, a investigação de alta qualidade e o acesso à rede de investigação global.

**15. Infra-estruturas de ensino superior insuficientes impedem a capacidade do país de participar em redes e oportunidades de investigação regionais e Sul-Sul.** A diversificação económica depende não só de uma mão de obra qualificada, mas também de um sistema de investigação dinâmico que promova a inovação, melhore a produtividade e resolva problemas que acelerem a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e combatam as alterações climáticas. Mesmo quando o tema se centra explicitamente na investigação sobre o clima nos países africanos, os investigadores africanos recebem menos de 1% do financiamento global, sendo que a maior parte do financiamento vai para instituições da União Europeia e da América do Norte.<sup>17</sup> Este financiamento desigual perpetua as lacunas na capacidade de investigação entre as instituições de países como Angola e as suas congéneres do Norte de África. Angola também está muito abaixo dos países de comparação regional na produção de investigação científica: de acordo com a UNESCO, Angola tem apenas 19 investigadores científicos por 1.000.000 de habitantes, em comparação com 43 em Moçambique e 472 na África do Sul. Para além da falta de Internet fiável e de alta velocidade nas IES, o *Centro Nacional de Investigação Científica* (CNIC) e a *Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (FUNDECIT) de Angola estão subfinanciados, não dispõem de parcerias de I&D com o sector privado, o que limita a sua capacidade de estimular a inovação, e não dispõem de políticas para atrair os melhores talentos africanos, incluindo os da diáspora angolana.

**16. Para alcançar a diversificação económica, lançar a aceleração digital e fomentar uma força de trabalho moderna capaz de responder às necessidades dos empregos do século XXI, o sector do ensino superior de Angola precisa de preparar melhor os estudantes com as aptidões e competências necessárias ao sector privado ou ao autoemprego.** Actualmente, existe uma desconexão entre a universidade e a indústria, com os licenciados do ensino superior não preparados para competir por empregos altamente qualificados em Angola e o sector privado incapaz de encontrar os trabalhadores qualificados necessários no mercado de trabalho local. Os currículos dos sectores existentes (por exemplo, agricultura, água, transportes) não se adaptaram aos

<sup>16</sup> Análise e Diálogo Político para o Desenvolvimento da Estratégia do Ensino Superior em Angola (P178087, Serviços de Consultoria e Análise).

<sup>17</sup> Análise e Diálogo Político para o Desenvolvimento da Estratégia do Ensino Superior em Angola (P178087, Serviços de Consultoria e Análise).

tempos de mudança (por exemplo, as adversidades das alterações climáticas, a necessidade de aumentar a produtividade), e, portanto, não se adaptaram a novos sectores (por exemplo, energias renováveis). Por exemplo, a preparação dos estudantes para a economia digital exige que sejam digitalmente competentes, mas os programas curriculares não evoluíram para desenvolver estas competências em todos os programas académicos. Apenas 16% dos estudantes do ensino superior estão inscritos em cursos relacionados com as CTEM, limitando assim o desenvolvimento de profissões e sectores técnicos. O *Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior* (INAAREES) tem o mandato de desenvolver e aplicar mecanismos de garantia da qualidade em todo o sector. No entanto, trata-se de uma instituição jovem e, até à data, grande parte desta capacidade ainda não foi activada.

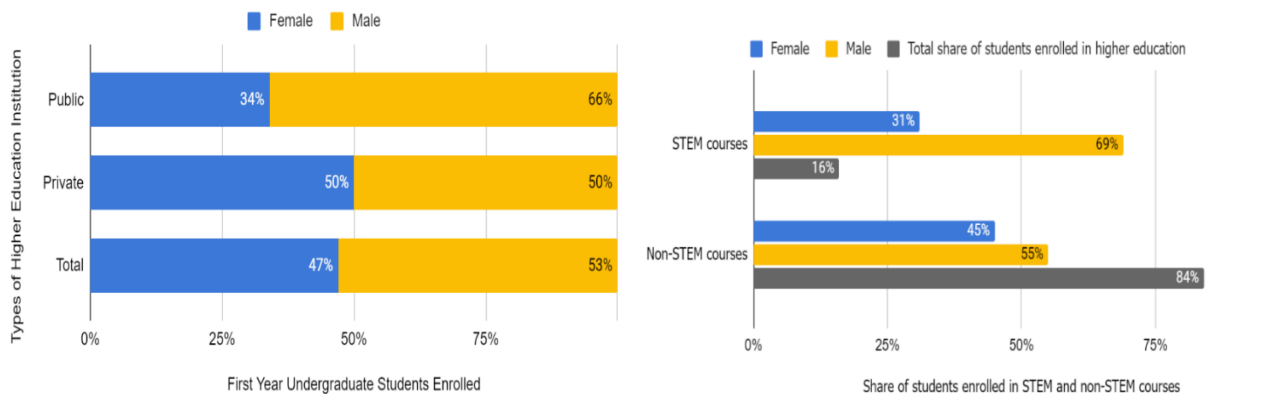
17. **Em particular, o reforço da qualidade e da relevância dos programas de preparação para os cuidados de saúde é uma prioridade nacional.** Angola tem várias instituições que oferecem ensino superior em ciências médicas, incluindo 18 escolas técnicas de saúde (uma por província). A oferta destes cursos tem-se expandido rapidamente, sem protocolos regulamentares adequados e sem um currículo nacional unificado, o que resulta numa qualidade de ensino variável e na utilização inadequada de métodos de ensino e aprendizagem baseados em evidências. Além disso, não existe um programa de residência estabelecido e a supervisão dos estudantes ou o apoio do corpo docente são limitados, devido ao elevado rácio entre estudantes e docentes. É necessária uma abordagem normalizada da formação pré-serviço para os que ingressam na profissão médica, a fim de reforçar a reserva de profissionais de saúde. São necessários mecanismos regulamentares para melhorar o processo de integração dos profissionais de saúde do meio académico no sector dos serviços de saúde.

18. **De forma crítica, o sistema público de ensino superior também sofre de desequilíbrios de género a todos os níveis - estudantes, docentes, liderança e bolsas de estudo.** Embora haja paridade de género nas matrículas no ensino superior privado, as universidades públicas matricularam dois homens por cada mulher em 2018 (Figura 3). Para piorar a situação, as mulheres recebem apenas 34% de todas as bolsas de estudo para o ensino superior público, agravando assim a disparidade de género no acesso ao ensino superior. Nos sectores CTEM, a disparidade de matrículas é ainda maior, onde as mulheres representam apenas 31% dos estudantes (Figura 4), apesar de as mulheres superarem os homens nas taxas de graduação do ensino superior - 7% de mulheres em comparação com 6,5% de homens graduados em 2018.<sup>18</sup> Este desequilíbrio nas matrículas explica provavelmente a grave disparidade de género na composição do pessoal académico, onde as mulheres representam apenas 22% do corpo docente no ensino superior, e estão substancialmente sub-representadas entre os professores do nível secundário, onde há duas vezes mais professores do sexo masculino do que do sexo feminino. As normas sociais discriminatórias limitam as oportunidades acessíveis às raparigas e às mulheres, reforçando provavelmente estas disparidades de género no ensino superior. Existe uma compreensão geral das barreiras que as mulheres enfrentam; por exemplo, as consultas às partes interessadas revelam que as normas sociais exigem que as mulheres tenham um nível de educação inferior ao dos homens para melhorar a perceção das suas perspectivas no âmbito matrimonial. Ao mesmo tempo, é necessária uma identificação matizada dos factores mais críticos que inibem o acesso das mulheres e a sua capacidade de se formarem, para que cada instituição possa tomar medidas correctivas.

**Figura 3. Proporção de estudantes do primeiro ano matriculados em cursos de licenciatura em Angola, por género, 2018**

**Figura 4. Percentagem de estudantes matriculados em cursos CTEM e não CTEM no ensino superior em Angola, por género, 2019**

<sup>18</sup> Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI), 2019.



Fonte: Anuário Estatístico 2019, MESCTI

### Desafio 2. Baixa qualidade do ensino e falta de relevância dos currículos para o sector

19. **As pressões demográficas, combinadas com o subfinanciamento crónico da educação, deixaram Angola mais longe de alcançar a educação para todos - há mais de dez anos. O resultado é uma grave escassez de salas de aula e professores para absorver as crianças nos vários níveis de ensino.** A taxa líquida de matrículas no ensino primário em Angola desceu de quase 80 por cento em 2011 para 71 por cento em 2019. Dadas as pressões demográficas, é provável que esta tendência negativa se mantenha, afectando os mais pobres: 52% das crianças em idade de frequentar o ensino primário no quintil inferior não estão na escola. Para regressar aos níveis de cobertura de 2011, e para atingir uma taxa de matrícula no ensino secundário de XXX por cento, Angola precisaria de XX, XXX professores adicionais nos próximos 10 anos.

20. **A fragilidade das normas de seleção, a desactualização dos currículos e a má qualidade da formação dos professores nos institutos de formação de professores contribuem para que os professores-alunos não estejam preparados para a sala de aula.** Os professores são o factor mais importante que afecta a aprendizagem nas escolas.<sup>19</sup> Os professores bem preparados têm um impacto muito maior nos alunos do que os menos preparados, isto é uma realidade nos países em desenvolvimento.<sup>20</sup> No entanto, os sistemas de formação de professores não atraem candidatos fortes nem formam professores de forma eficaz.<sup>21</sup> Isto é especialmente verdade em Angola: a maioria dos professores-alunos não entram nos institutos de formação de professores na esperança de obter um emprego no sector público, nem recebe formação e apoio eficazes para um ensino e aprendizagem baseados em provas. Assim, os professores não possuem as competências e conhecimentos necessários para serem bem sucedidos na sala de aula: apenas seis por cento dos professores são capazes de responder corretamente a pelo menos 80 por cento das questões de avaliação dos alunos para a classe que leccionam quando são testados sobre as mesmas.<sup>22</sup> Os professores-educadores responsáveis pela preparação dos professores-alunos para as salas de aula de Angola são guiados por currículos de preparação de professores desactualizados, perpetuando um futuro de "giz e conversa". As observações nas salas de aula revelam que 86 por cento dos professores têm uma classificação "insatisfatória" ou "muito insatisfatória" nas suas práticas pedagógicas.<sup>23</sup> Não é de surpreender que a pobreza de aprendizagem seja elevada em Angola: dois terços das crianças da terceira classe não sabem ler um texto adequado à idade.<sup>24</sup> Para inverter esta situação, é necessário transformar o ecossistema de formação de professores antes da entrada em serviço,

<sup>19</sup> Banco Mundial. (2017). *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2018: Aprender a concretizar a promessa da educação*. Banco Mundial.

<sup>20</sup> *Ibidem*

<sup>21</sup> *Ibidem*

<sup>22</sup> MED. (2022). *Indicadores de Prestação de Serviços*. Luanda, Angola.

<sup>23</sup> MED. (2022). *ENSINAR: Aplicação de observações de aulas em Angola*. Luanda, Angola.

<sup>24</sup> MED. (2022). *Avaliação de Leitura da Primeira Classe*. Luanda, Angola.



que se situa ao nível do ensino superior, e reforçar o currículo e a qualidade da instrução dos professores-educadores.

21. **Para cumprir a visão de produzir professores altamente qualificados, os Institutos de Formação de Professores precisam de ser melhorados para os tornar propícios ao ensino e à aprendizagem e reflectir a importância da profissão.** A maioria dos Institutos de Formação de Professores está alojada em edifícios com infra-estruturas extremamente pobres, muitas vezes adaptados para serem centros de formação de professores. As instituições são caracterizadas por condições degradantes, eletricidade e água não fiáveis, acesso limitado à Internet e bibliotecas insuficientemente equipadas. Isto é especialmente verdade no que diz respeito à infra-estrutura digital, tornando muito difícil equipar os professores com as aptidões e competências de que necessitam para, por sua vez, preparar os estudantes para o futuro digital de Angola.

### *Desafio 3. Capacidade de gestão limitada em matéria de governação e financiamento*

22. **O sector do ensino superior de Angola ainda não atingiu o seu potencial para promover a transformação económica, devido, em parte, ao subinvestimento crónico no ensino superior, na ciência, na tecnologia e na inovação em Angola.** A despesa total com a educação caiu de um máximo de 4,4 por cento do PIB em 2014 para menos de 2 por cento em 2019. Mais recentemente, o governo registou uma subida no financiamento, para 2,4 por cento. O financiamento do ensino superior seguiu a mesma tendência, atingindo 0,39 por cento do PIB em 2022, menos de metade do que o país investiu no sector em 2014, mas quase o dobro do que o país gastou em 2021, com 0,21 por cento do PIB. O financiamento actual para o sector representa 1,1 por cento da despesa pública global, abaixo dos 1,4 por cento em 2014, mas acima dos 0,4 por cento em 2020. Quando comparados com os valores de referência regionais, estes números são baixos em qualquer medida.

23. **O futuro financiamento do ensino superior em Angola pode ter um maior impacto se se aumentar a eficácia e a eficiência da gestão dos recursos e das despesas.** Para além de eliminar as ineficiências das instituições de ensino superior, são necessárias melhorias na sua gestão financeira para garantir que cada investimento seja aproveitado ao máximo. Isto inclui alterações às regras relativas às bolsas de estudo, reformas nas práticas de gestão das IES e actualizações sistémicas da gestão das finanças públicas (GFP) que ajudarão a garantir um fluxo mais regular de fundos em todo o sistema de ensino superior.

## **C. Relevância para os objectivos de nível superior**

24. **O Programa apoia Angola nos seus objectivos de diversificação económica e resiliência climática.** A obtenção destes resultados inexoravelmente ligados reflecte o mandato alargado do Banco Mundial de "criar um mundo livre da pobreza num planeta habitável". Especificamente, a operação apoia o segundo pilar do Quadro de Parceria Nacional (QPN) de 2013 (Relatório n.º 76225-AO) "melhorar a qualidade da prestação de serviços e aprofundar a protecção social", no âmbito do qual o resultado 5 é "melhorar a qualidade da educação".<sup>25</sup>

25. **O Programa apoia diretamente cada um dos seis pilares do Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola (2023-2027), servindo como um alicerce fundamental para os planos de Angola de investimento no seu capital humano (pilar 1).** Em segundo lugar, e de forma relacionada, é uma componente essencial para alcançar a diversificação económica que o plano prevê (pilar 2). Em terceiro lugar, representa um dos mais

---

<sup>25</sup> Embora o atual CPF tenha sido projetado para abranger o período entre o AF14 e o AF16, a Análise do Desempenho e da Aprendizagem prorrogou o CPF por mais dois anos, até ao AF19, e propôs uma reformulação dos objectivos para responder aos desafios macroeconómicos decorrentes da queda do preço do petróleo.

importantes investimentos na juventude que o país pode fazer (pilar 3), uma vez que o projecto procura expandir as oportunidades para os jovens adquirirem competências orientadas para o mercado de trabalho. Em quarto lugar, o projecto procura eliminar as disparidades entre os sexos (pilar 4) em todo o sector, nomeadamente no que diz respeito aos estudantes e ao corpo docente, e incentivar mais mulheres nas áreas STEM. Em quinto lugar, as competências verdes necessárias para que o país se adapte a um clima em mudança (pilar 5) são um foco especial desta operação, a primeira a trabalhar para a implementação da CCDR do país. Por último, o projecto concretizará este objetivo através de algumas actualizações fundamentais das infra-estruturas (pilar 6), nomeadamente no que diz respeito à modernização das infra-estruturas dos institutos de formação de professores, bem como à revisão das infra-estruturas digitais em todo o sector.

26. **Este investimento faz parte de um pacote mais alargado de apoio do Banco Mundial ao PDN.** O Projecto foi preparado em conjunto com o Projecto de Recursos Humanos para a Saúde em Angola (P180631), com duas áreas concretas de sinergia (ensino pré-graduado e mecanismos de garantia de qualidade)<sup>26</sup>. Em segundo lugar, o apoio do Projecto à conectividade de banda larga das IES e às competências digitais no sector privado complementa o Projecto de Aceleração Digital (P180693), que visa fornecer acesso à conectividade de última milha a instituições públicas municipais seleccionadas e reforçar os programas de formação em competências digitais da Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP) para funcionários públicos. Em terceiro lugar, o projecto baseia-se nos investimentos destinados a melhorar a aprendizagem no ensino básico e a colmatar as lacunas de género no ensino secundário que o projecto "Empoderamento das raparigas e aprendizagem para todos" (P168699) procura alcançar.

#### D. Abordagem programática multifásica

##### Justificação para a utilização da MPA

27. **A MPA oferece quatro vantagens distintas em relação a outros instrumentos de financiamento.** Em primeiro lugar, a operação é calendarizada para apoiar três estratégias governamentais de longo prazo interligadas. A primeira delas é o Plano Nacional de Desenvolvimento (2023-2027), que visa diversificar a economia angolana através da transformação do seu capital humano e da libertação do potencial das economias verde e azul. Em segundo lugar, o Governo de Angola está a reinventar os seus sectores do ensino superior e da ciência e tecnologia através do seu *Livro Branco de Ensino Superior 2023-2033* (LiBES). A terceira é uma reforma de todo o sector da educação que reformula a abordagem do país ao recrutamento, preparação, apoio e avaliação dos seus professores, desde o ensino pré-primário até ao ensino superior, através da sua Reforma da Formação de Professores 2023-2028.

28. **Em segundo lugar, este MPA procura enfrentar desafios complexos que levam tempo a resolver.** A mudança estrutural, tanto a nível da governação do sector como a nível institucional, exige uma abordagem iterativa de diagnóstico, planeamento, execução, avaliação, correção de rumo e aumento de escala. A nível setorial, a criação de mecanismos de governação (tais como sistemas de garantia da qualidade ou instrumentos de financiamento baseados nos resultados) exige que se assegurem os elementos de base a partir dos quais se podem alargar e aprofundar as reformas. O mesmo se aplica ao nível institucional, que exige vagas sequenciais de apoio, começando pelo reforço da capacidade de gestão e, em seguida, consolidando os ganhos para garantir uma mudança duradoura. A nível dos programas e dos cursos, o estreitamento dos laços entre os empregadores e as instituições de ensino superior, para que estas últimas respondam melhor às necessidades do mercado de trabalho, exige um ciclo de conceção dos cursos que inclua avaliações, projectos-piloto e, por fim, a sua

---

<sup>26</sup> Em primeiro lugar, este projeto reforçará a preparação dos estudantes de licenciatura nas ciências que servem de formação pré-médica para os estudantes que venham a prosseguir estudos de pós-graduação em saúde (financiados ao abrigo do projeto de saúde). Em segundo lugar, apoia a introdução de mecanismos de garantia da qualidade para assegurar que as faculdades de medicina estão a fornecer níveis de ensino aceitáveis.

expansão, utilizando uma abordagem iterativa com ciclos de feedback integrados.

29. **Em terceiro lugar, um horizonte temporal mais alargado permite uma maior ambição e impacto.** Este investimento será bem-sucedido quando a economia angolana tiver mais licenciados que permitam aos sectores estratégicos prioritários do país prosperar, tal como medido pelos resultados do mercado de trabalho. O compromisso com estes indicadores de resultados só é possível com um horizonte temporal que permita a implementação total da reforma. A consistência e a previsibilidade do apoio do Banco Mundial, que o MPA proporciona de forma única, assegura a todas as partes o compromisso de investir nas actividades necessárias para atingir estes objectivos a longo prazo.

30. **Por fim, a abordagem programática da MPA alinha os Parceiros de Desenvolvimento (PD) em torno de uma agenda de longo prazo, atraindo assim o financiamento e tornando os investimentos individuais mais impactantes.** O processo de planeamento conjunto em torno da LIBES unifica o diálogo político dos principais parceiros, como a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, a UNICEF e o Foreign Commonwealth Development Office (FCDO). Enquanto anteriormente cada ator tinha um investimento isolado que procurava ajudar uma parte isolada do sistema educativo, a visão programática e de longo prazo da MPA promove uma abordagem mais abrangente, permitindo sinergias, complementaridades e a redução da duplicação. Isto é exemplificado pelo cofinanciamento da Parceria Global para a Educação desta operação para apoiar a transformação dos professores em Angola.

### **Cadeia de resultados do programa**

31. **A Cadeia de Resultados do Programa é motivada pela necessidade global de melhorar os resultados do capital humano que permitirão a diversificação económica e a resiliência climática em Angola.** A Figura X ilustra a cadeia de resultados do MPA global. Os resultados ao nível do programa captam os três elementos do objetivo de desenvolvimento do programa: o número de licenciados (# de licenciados), a qualidade dos licenciados (# de programas acreditados), e o alinhamento com as áreas estratégicas prioritárias (# de parcerias com o sector privado).

32. **Os resultados do programa baseiam-se nos resultados ao nível do ODP de cada fase.** Os resultados da fase 1<sup>27</sup> são que os Institutos de Ensino Superior de Angola foram transformados para servir a sua economia e os seus estudantes (# de IES transformadas através de RBAs, # de IES ligadas à NREN), o sector tornou-se mais equitativo (paridade de género), estão a ser desenvolvidas competências para a resiliência climática (# de novos programas climáticos), e os Institutos De Formação De Professores estão a preparar uma nova geração de excelentes professores angolanos.

33. **Na base dos resultados do ODP estão as actividades e os resultados que eliminam os estrangulamentos e introduzem incentivos para promover resultados a nível setorial, institucional e programático.** A Figura X mostra as principais actividades e resultados, começando com as reformas de governação setorial à esquerda (por exemplo, reforço da capacidade do MESCTI, estabelecimento de mecanismos de GQ), passando progressivamente para acções institucionais (por exemplo, RBAs com IES, ligação das IES à NREN) e terminando com áreas programáticas (por exemplo, expansão de programas com base na procura do mercado de trabalho, oferta de programas através da Universidade Virtual e realização de reformas programáticas nos Institutos de Formação de Professores.

---

<sup>27</sup> O ODP da Fase 2 e os indicadores correspondentes serão preparados em 2027, de acordo com o ODP e os primeiros resultados da Fase 1.

**Figura X. Cadeia de Resultados**



**Objetivo de Desenvolvimento do Programa (ODPr) com Indicadores Chave de OD do Programa com Linhas de Base e Metas Finais**

34. O objetivo de desenvolvimento do programa é aumentar o número e a qualidade dos diplomados com competências alinhadas com o mercado de trabalho em áreas estratégicas prioritárias.
35. Os indicadores-chave do programa propostos são:
  - a. *Aumentar o número de diplomados em sectores estratégicos:* # Número de diplomados com competências alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho dos sectores estratégicos prioritários, medido através de inquéritos ao mercado de trabalho.
  - b. *Melhorar a qualidade dos diplomados:* # Número de programas académicos novos/revistos acreditados pelo INAAREES.
  - c. *Reforçar o envolvimento com o mercado de trabalho em sectores estratégicos prioritários:* # Número de parcerias estabelecidas com agentes do sector privado ao nível das instituições de ensino superior.

**Quadro do programa**

36. O quadro do Programa adopta uma abordagem vertical com uma primeira fase que estabelece as bases sobre as quais se pode construir uma fase subsequente, expandindo tanto a escala como o âmbito. Na Fase 1, seriam introduzidas reformas nas áreas da governação setorial, da gestão institucional e da conceção programática. A Fase 2 alargaria então as reformas a uma segunda vaga de instituições e áreas programáticas. Uma vez que esta é a primeira operação de investimento do Banco Mundial com o MESCTI, a Fase 1 segue uma abordagem tradicional de empréstimos ao investimento, utilizando o Financiamento de Projectos de Investimento (FPI). O FPI introduzirá acordos baseados em resultados entre o Ministério das Finanças e os

Institutos de Ensino Superior. Esta orientação para os resultados na Fase 1 preparará o caminho para a utilização de um instrumento de financiamento baseado nos resultados na Fase 2, como o Programa para Resultados.

### Agenda de aprendizagem

37. **A Agenda de Aprendizagem permite uma abordagem iterativa e adaptativa da AMP.** Será realizado um trabalho analítico para informar futuras acções, tanto em termos de áreas temáticas como de modalidades operacionais. No que diz respeito às áreas temáticas, as actividades de aprendizagem centram-se no estreitamento da relação entre a procura do sector privado e a oferta de competências em áreas estratégicas para a expansão das competências climáticas e a diversificação económica. Em termos de modalidades operacionais, a Fase I criará mecanismos para captar os primeiros ensinamentos dos acordos baseados em resultados, com o objetivo de aumentar este mecanismo de apoio institucional na Fase 2.

**Tabela X. Questões de investigação e métodos para a agenda de aprendizagem**

<b>Questões políticas fundamentais</b>	<b>Metodologia indicativa e custo estimado</b>	<b>Como preencher a lacuna de conhecimentos apoiará o ODPr</b>
Como podemos fornecer às IES a informação sobre o mercado de trabalho e o diálogo com o sector privado para garantir que os cursos são relevantes para a indústria?	- Discussões de grupos de foco com empregadores em sectores estratégicos - Observatório do Mercado de Trabalho (\$100K)	Tornar os currículos relevantes para a indústria requer informação atempada dos empregadores. Estas melhorias curriculares são o precursor necessário para melhorar as competências dos estudantes relevantes para o emprego e aumentar a reserva de trabalhadores qualificados na Fase 2.
Os mecanismos de garantia da qualidade resultam em licenciados com as competências necessárias para o mercado de trabalho?	- Estudos de rastreio/entrevistas com empregadores (\$50K) - Avaliação do processo de GQ (\$20K)	Compreender se e como o reforço do INAAREES (instituição de garantia de qualidade) está a conduzir a melhores programas alinhados com a indústria ajudará a informar a correção de rumo e a expansão na Fase 2.
A reforma curricular e o apoio pedagógico nos Institutos de Formação de Professores estão a resultar num melhor ensino?	- Observações em sala de aula (\$30K)	As práticas de instrução do corpo docente das instituições de formação de professores têm de melhorar para que as práticas de ensino dos licenciados que entram nas salas de aula do ensino primário melhorem. A compreensão dos impactos desta reforma na sala de aula servirá de base para a adaptação na Fase 2.
O reforço dos incentivos/redução dos obstáculos para as mulheres nas áreas STEM está a aumentar a adesão?	- Recolha e análise de dados através do HEMIS (\$300K)	Se forem eficazes, as estruturas criadas para reduzir as barreiras para as mulheres reduzirão a disparidade entre os géneros a nível do corpo docente e dos estudantes.
Os incentivos para melhorar a ineficiência interna no âmbito dos RBAs estão a melhorar as taxas de graduação?	- Recolha e análise de dados através do HEMIS(\$300K) - Avaliação do processo	A compreensão das intervenções bem-sucedidas que melhoram a ineficiência interna do sistema angolano de ensino superior é fundamental para melhorar o acesso equitativo e aumentar o número de pessoas qualificadas que entram no mercado de trabalho.



Fase #	ID do projecto	Sequencial ou simultâneo	Proposta de DO* da fase	FPI ou PporR	Montante estimado do BIRD (milhões de dólares)	Estimativa Outro montante (milhões de dólares)	Data de aprovação prevista	Estimativa da classificação do risco ambiental e social
Fase 1	P179154	Simultâneo	Aumentar o acesso equitativo aos programas de ensino superior em áreas estratégicas prioritárias e reforçar a governação e a gestão do sector.	FPI	150.00	50,00 (GPE)	20 de dezembro de 2023	Substancial
Fase 2	TBD	Simultâneo	TBD	PporR	350.00	TBD	20 de dezembro de 2027	Substancial
Total	P179154	Sequencial	Aumentar o número e a qualidade dos diplomados com competências alinhadas com o mercado de trabalho em áreas estratégicas prioritárias.		500.00	50.00		
<b>Envelope de financiamento revisto</b>								
Envelope de financiamento aprovado pelo Conselho de Administração								

\* Incluir o nome do país no caso de vários mutuários

Se houver alterações no quadro do Programa MPA, o PAD da fase subsequente incluirá o quadro original do programa, bem como o quadro revisto.



## II. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

### A. Objetivo de desenvolvimento do projecto Declaração das ODP

38. Aumentar o acesso equitativo aos programas de ensino superior em áreas estratégicas prioritárias e reforçar a governação e a gestão do sector do ensino superior.

#### Indicadores de nível do ODP

39. O projecto visa alcançar os seguintes resultados:

- i. Proporção de mulheres em percentagem de novos estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas (incluindo instituições de formação de professores)
- ii. Número de programas de saúde acreditados pelo INAAREES
- iii. Proporção de professores licenciados observados como tendo um desempenho "satisfatório" na sala de aula
- iv. Número de programas académicos criados/revistos que incluem currículos relevantes em termo climático
- v. Número de instituições de ensino superior ligadas à NREN

**Quadro 2: Mapeamento do ODP para os indicadores do ODP**

ODP	Indicador do ODP
Melhorar o acesso equitativo	Proporção de mulheres como percentagem de novos estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas (incluindo instituições de formação de professores) e por domínios (se possível)
Domínios estratégicos prioritários	Número de programas de saúde acreditados pelo INAAREES Número de novos espaços criados nas instituições de formação de professores Número de novos programas climáticos
Reforçar a governação e a gestão do sector	Número de instituições de ensino superior ligadas aos sistemas nacionais de NREN

40. **Teoria da Mudança.** A teoria da mudança do projecto proposto é apresentada abaixo (Figura xx). Ela capta o quadro concetual e as relações entre os desafios existentes, as actividades propostas, as realizações previstas, os principais resultados, os indicadores de resultados e o Objetivo de Desenvolvimento do Projecto (ODP).

**Figura 5. Teoria da Mudança para o Projecto**

TBD

*Nota: \*\*Este indicador do ODP será alcançado através de actividades no âmbito da componente 1 e da componente 2.***B. Componentes do projecto****Quadro 3. Alinhamento dos desafios sectoriais e das componentes do projecto**

Desafio	Componente	Subcomponente
Grandes lacunas no acesso e na equidade de género  Baixa qualidade do ensino e falta de relevância dos currículos para a indústria	1. Melhorar a qualidade, a gestão, o acesso e a integração digital do sector do ensino superior. Melhorar a qualidade do ensino, a pertinência dos currículos e a igualdade entre homens e mulheres no ensino superior (85 milhões de dólares)	1.1 Reforçar os mecanismos de garantia de qualidade (US \$10 milhões)
		1.2: Melhorar o acesso alargado e equitativo e a relevância para a indústria dos programas de ensino superior em áreas economicamente estratégicas (US \$50 milhões)
		1.3: Estabelecer uma Rede Nacional de Investigação e Ensino (NREN) e atualizar as redes universitárias (15 milhões de dólares)
		1.4: Digitalizar a prestação de serviços no ensino superior e reforçar as competências digitais (10 milhões de dólares)
Insuficiente oferta de ensino/aprendizagem de qualidade ao longo de todo o percurso educativo para que um número suficiente de diplomados do ensino secundário preparados possa aceder ao ensino superior	Reforçar a via de acesso ao ensino superior através de uma melhor formação e educação dos professores (US \$100 milhões)	2.1: Aumentar o acesso à formação moderna de professores antes da entrada em serviço (US \$90 milhões)
		2.2: Melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação dos professores (US \$10 milhões)
Capacidade de gestão limitada em matéria de governação e financiamento	3. Reforçar a capacidade de gestão, controlo e avaliação (US \$15 milhões)	

**Componente 1. Melhorar a qualidade, a gestão, o acesso e a integração digital do sector do ensino superior (US \$85 milhões)**

41. **A diversificação económica de Angola exige um reforço intensivo do sistema de ensino superior para criar uma base assente numa garantia de qualidade eficaz, numa governação moderna e ágil, numa gestão profissional e na utilização de intervenções digitais.** Com estes elementos fundamentais reforçados, as instituições de ensino superior serão capazes de acelerar a oferta de competências orientadas para a indústria para os novos participantes no mercado de trabalho e apoiar a transição digital, com base na integração de competências digitais e inovações tecnológicas em todo o sector do ensino superior. Esta componente esforçar-se-á por melhorar a capacidade das agências a nível do sistema de ensino superior para fornecer e garantir programas de ensino superior de alta qualidade,





torná-los mais sensíveis às necessidades do mercado de trabalho e dos estudantes e permitir um acesso mais equitativo. Isto inclui a introdução de novos cursos e programas de estudo relevantes para os domínios de fronteira, sejam eles STEM, competências verdes ou competências digitais. Em termos de qualidade do ensino, o reforço institucional do INAAREES, incluindo a ativação das suas funções de supervisão e regulamentação, bem como as actividades de reforço das capacidades de garantia da qualidade a nível das instituições, a fim de elevar os padrões de prestação de serviços.

42. **A aceleração digital de Angola assenta na digitalização do seu sector de ensino superior.** Esta componente apoiará a transformação do sector de duas formas fundamentais. Em primeiro lugar, estabelecerá uma Rede Nacional de Investigação e Educação (NREN) em Angola ("AngoREN") que proporcionará às IES uma Internet de banda larga mais rápida, mais fiável e mais acessível, permitindo-lhes assim participar efetivamente em iniciativas de investigação regionais e globais (subcomponente 1.3). Em segundo lugar, apoiará o desenvolvimento de uma estratégia digital setorial e permitirá a sua implementação através de estratégias a nível institucional; pequenos trabalhos de apoio ao bom funcionamento da infraestrutura digital; atualização e institucionalização da utilização de um Sistema de Informação de Gestão da Educação (EMIS) abrangente a nível nacional pelo MESCTI e o desenvolvimento de competências digitais entre o corpo docente, o pessoal e os estudantes a nível institucional, bem como o pessoal do MESCTI a nível nacional (subcomponente 1.4).

43. **Todas as intervenções digitais do programa proposto respeitarão as boas práticas internacionais em termos de segurança cibernética e de normas e medidas de proteção de dados.** Todo o apoio às plataformas e sistemas digitais respeitará e praticará as normas de segurança cibernética. Todos os dados recolhidos, processados e partilhados serão feitos de acordo com as boas práticas internacionais e em conformidade com a lei de proteção de dados de Angola de 2011. Estas intervenções (subcomponente 1.4) complementarão as intervenções propostas no âmbito do projecto digital do pipeline (P180693), que visa reforçar o ambiente jurídico e regulamentar da economia digital angolana através do reforço da função de segurança cibernética incipiente do país e da capacitação da *Agência de Proteção de Dados*.

*Subcomponente 1.1: Reforçar os mecanismos de garantia da qualidade (US \$10 milhões)*

44. **Esta subcomponente reforça a capacidade técnica do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento do Ensino Superior (INAAREES) a nível setorial e institucional.** A nível *setorial*, será reforçada a capacidade de gestão e de regulamentação do INAAREES. As actividades de reforço das capacidades incluem assistência técnica para estabelecer processos internos, tais como a contratação da supervisão, a constituição de organismos de acreditação e a comunicação do quadro regulamentar dos mecanismos de garantia da qualidade de uma forma acessível. Será igualmente prestada assistência técnica para a revisão do quadro regulamentar relativo à acreditação, de modo que o sistema inclua incentivos e sanções em consequência do cumprimento/não cumprimento. A nível *institucional*, a subcomponente financiará a assistência técnica para modernizar as normas e os prazos de avaliação e acreditação, começando pelas auto-avaliações das IES, seguidas de avaliações externas independentes dos programas e das qualificações do corpo docente. As despesas elegíveis para levar a cabo o conjunto de actividades acima referido incluem serviços de consultoria para avaliadores externos, custos operacionais para cobrir viagens, computadores e outro equipamento de escritório, e transporte



para o INAAREES cumprir o seu mandato regulamentar.

45. **O reforço do mecanismo de GQ e da capacidade do INAAREES aumentará o número de ofertas educativas reconhecidas e a qualidade dos programas e da instrução em todo o sector.** A revisão e a aceleração do processo de acreditação conduzirão a um maior número de programas, cursos, certificações e micro credenciais relevantes oferecidos no ensino superior, bem como a uma maior aceitação dos mesmos. O reforço da capacidade de avaliação e inspeção resultará numa melhoria da qualidade e da relevância curricular destes programas. A recolha e a utilização de dados para melhorar a eficácia e a eficiência da avaliação e da acreditação resultarão numa maior capacidade de regulação e gestão do INAAREES.

*Subcomponente 1.2: Melhorar o acesso alargado e equitativo a programas de ensino superior em áreas economicamente estratégicas (50 milhões de dólares)*

46. **Este subcomponente procura melhorar a relevância dos programas académicos para satisfazer as necessidades de competências da indústria.** Este subcomponente reforçará a relevância dos currículos e das ofertas educativas para a indústria, promovendo ligações mais estreitas com as empresas. As novas áreas de estudo incluem aquelas que equipam os participantes no mercado de trabalho com as competências necessárias para tornar os sectores tradicionais (por exemplo, agricultura, transportes, água ou energia) mais preparados para prosperar numa economia global cada vez mais digitalizada, e aquelas que se concentram em equipar os estudantes para ajudar Angola a adaptar-se ou mitigar o impacto das alterações climáticas. A promoção de ligações mais fortes entre as instituições de ensino superior e o sector privado garantirá um maior alinhamento entre a procura e a oferta e preparará melhor os jovens angolanos para se tornarem os inovadores, empresários e líderes de amanhã. As medidas destinadas a reforçar as ligações com o sector industrial incluem (i) participação de representantes da indústria nos comités de reforma curricular das instituições de ensino superior, (ii) estágios para a maioria dos estudantes, (iii) participação de profissionais de empresas como professores convidados, inquéritos regulares a empregadores e antigos alunos para obter feedback sobre a qualidade e relevância dos programas, e (v) projectos conjuntos de investigação aplicada com a indústria.

47. **Será também dada ênfase a acções que abordem a disparidade entre homens e mulheres nestas instituições.** As intervenções para este efeito incluem (i) acções de sensibilização para informar, motivar e preparar as estudantes do sexo feminino, (ii) medidas de discriminação positiva a favor de estudantes do sexo feminino com qualificações académicas e (iii) medidas de retenção adequadas (bolsas de estudo, apoio psicológico e académico) para aumentar as possibilidades de sucesso das estudantes do sexo feminino. Para o efeito, o projecto financiará um trabalho analítico exaustivo no âmbito do Project Preparation Advance (PPA), a fim de compreender melhor os factores de desigualdade entre homens e mulheres e de informar as acções destinadas a eliminar os obstáculos que se colocam às mulheres no acesso e na conclusão do ensino superior.

48. **As modalidades operacionais específicas para atingir os objectivos acima referidos seriam reflectidas nos planos de desenvolvimento institucional, a serem elaborados pelas IES.** Os *Planos de Desenvolvimento Institucional* (PDIs) serão elaborados com a assistência técnica do MESCTI. Embora as IES tenham autonomia para conceber o melhor plano contextualizado para a sua instituição, os resultados



finais a alcançar serão seleccionados a partir de um menu pré-definido de opções (por exemplo, criar X novos programas, aumentar as inovações pedagógicas, aumentar a retenção de estudantes, ou reduzir as disparidades de género em Y%), com metas a serem negociadas entre as IES e o MESCTI, a serem financiadas através de Acordos Baseados em Resultados (ABR) assinados entre o MESCTI e as IES participantes.

49. Os Acordos Baseados em Resultados (ACR) apoiarão os progressos no sentido dos seguintes objectivos, alinhados com o plano de desenvolvimento institucional de cada IES:

- i. Corrigir as disparidades, especialmente através de uma maior participação das mulheres nos programas STEM e de uma maior proporção de mulheres académicas seniores;
- ii. Criação de novos programas baseados em áreas de escassez persistente e necessidades futuras ligadas à agenda nacional de diversificação económica, transição digital, economia verde e economia azul.
- iii. Reforço da capacidade de investigação através do aumento das qualificações do pessoal académico e da criação de centros de excelência, de preferência de natureza interdisciplinar.
- iv. Reforço da capacidade de transferência de tecnologia e comercialização das aplicações da investigação aplicada universitária.
- v. Aumento da eficiência interna para otimizar a utilização dos recursos disponíveis e reduzir a proporção de alunos que abandonam os estudos ou repetem a escola.
- vi. Modernização da governação e da gestão para aumentar a flexibilidade e a eficiência.
- vii. Diversificação de recursos através de, por exemplo, angariação de fundos, consultadoria, contratos de investigação

50. **Para serem elegíveis, as IES interessadas terão de preparar um PDI.** As despesas elegíveis ao abrigo das RBA incluem: i) despesas de consultoria; ii) workshops e cursos de formação; iii) equipamento científico, software e infra-estruturas; iv) bolsas de estudo para formação de doutorandos; e v) despesas de deslocação.

51. **Estes investimentos culminarão numa maior equidade e no desenvolvimento de competências relevantes para o mercado nos programas de ensino superior.** Colmatar as disparidades entre homens e mulheres nas universidades públicas significa que as mulheres têm igual acesso às oportunidades de ensino, aprendizagem, investigação e financiamento no ensino superior e, em última análise, aos resultados da obtenção do ensino superior. O reforço das ligações entre as IES e o sector privado assegurará um maior alinhamento entre a procura e a oferta.

*Subcomponente 1.3: Estabelecer uma Rede Nacional de Investigação e Ensino (NREN) e atualizar as redes universitárias (15 milhões de dólares)*

52. **Este subcomponente estabelecerá uma NREN em Angola para ligar as IES angolanas a uma Internet de banda larga acessível, fiável e de alta velocidade, aumentando assim a capacidade do país para realizar investigação online e expandir a utilização da tecnologia no ensino superior.** As NREN facilitam os recursos pedagógicos e de investigação entre instituições interligadas, permitindo a criação



de plataformas de colaboração e a partilha de aplicações e serviços específicos para as comunidades educativas e de investigação. Funcionam como um clube de compras, permitindo baixar os preços da Internet de banda larga para as universidades: depois de se ligarem às NRENs, as instituições de ensino e investigação participantes na Tanzânia, Uganda e Zâmbia viram os custos por megabyte de dados baixar 75, 89 e 94 por cento, respetivamente. A AngoREN também estará ligada à rede de investigação e educação da região, a UbuntuNet Alliance, e, a partir daí, à comunidade global de investigação e educação. Para garantir que as IES angolanas possam tirar partido dos benefícios que uma NREN oferece, serão também efectuados investimentos limitados nas redes locais e laboratórios informáticos das IES. Isto permitirá que todos os professores, funcionários e estudantes tenham acesso à Internet de banda larga, encorajando a aquisição de competências digitais e o acesso a recursos digitais, bem como facilitando a investigação científica e os projectos de investigação em colaboração com parceiros internacionais.

53. **As actividades no âmbito desta subcomponente incluirão assistência técnica e consultadoria, modernização de infra-estruturas, formação e custos operacionais para criar a AngoREN e apoiar a modernização das redes locais das IES.** As actividades para o estabelecimento da AngoREN incluem (i) um estudo de viabilidade (financiado no âmbito do PPA) para definir inclusivamente a estrutura de gestão e financiamento da AngoREN, incluindo a instituição de ensino ou sem fins lucrativos que acolherá a NREN, (ii) apoio ao estabelecimento da AngoREN (incluindo apoio financeiro limitado para o pessoal técnico e de gestão), (iii) pré-pagamento, em nome das IES, da conectividade internacional e nacional para ligar as IES participantes (durante 10-15 anos), (iv) equipamento de rede e redes Wi-Fi no campus (incluindo fontes de energia fiáveis) para um número selecionado de IES, (v) formação técnica e capacitação de técnicos para gerir e manter a AngoREN, e (vi) quotas de adesão à rede regional de NREN (UbuntuNet Alliance).

54. **Esta componente garantirá uma conectividade de banda larga de alta velocidade, fiável e a preços acessíveis às IES participantes (tirando partido da poupança de custos através de aquisições em grandes quantidades e da criação de um clube de compradores), expandindo consideravelmente a cobertura para estudantes e professores.** Para além da conectividade, uma ligação à comunidade regional e internacional de NRENs permitirá também uma vasta gama de serviços educativos e de investigação partilhados, incluindo recursos educativos abertos, sistemas de gestão da aprendizagem e cursos online abertos e massivos (MOOCs). O acesso alargado à conectividade de banda larga actuará como um facilitador para o reforço da competência digital do corpo docente, do pessoal e dos estudantes das IES, bem como do pessoal do MESCTI.

*Subcomponente 1.4: Digitalizar a prestação de serviços no ensino superior e reforçar as competências digitais (10 milhões de dólares)*

55. **Esta subcomponente terá como objetivo digitalizar a prestação de serviços no ensino superior para melhorar a eficiência e a eficácia e, assim, aumentar o acesso e a qualidade.** O objetivo é criar um ambiente propício nas IES de Angola para permitir a aceleração digital do país. Estas condições incluem: (i) as instalações físicas e digitais necessárias para que as IES possam tirar partido da pedagogia e dos materiais de aprendizagem online (ou seja, laboratórios informáticos, fontes de energia fiáveis, etc.), (ii) um EMIS do ensino superior regularmente atualizado com dados sólidos para o planeamento e a tomada de decisões com base em dados concretos; (iii) professores e funcionários das IES com



competências digitais suficientes para utilizar plataformas e ferramentas digitais, (iv) um MESCTI digitalmente habilitado; e (v) a conceção e a implementação precoce da primeira rede universitária virtual do país. Para além de promover uma gestão baseada em dados a nível institucional, o sistema nacional de informação sobre gestão (EMIS) permitirá ao MESCTI utilizar os dados para reforçar a supervisão do sistema de ensino superior, permitindo uma tomada de decisões baseada em dados concretos. Por último, o subcomponente também apoiará o trabalho analítico e a assistência técnica para promover a transformação digital no sector do ensino superior, como o desenvolvimento do conceito para a primeira rede universitária virtual de Angola como medida para expandir o acesso e reduzir as barreiras ao ensino superior, particularmente para as mulheres e outros grupos marginalizados.

**56. As actividades no âmbito desta subcomponente incluem assistência técnica, pequenas obras, formação e custos operacionais.** As actividades para digitalizar a prestação de serviços incluem: (i) uma avaliação (a financiar no âmbito do PPA) para compreender a capacidade e as necessidades actuais das IES em termos de manutenção de laboratórios informáticos e plataformas digitais (incluindo orçamentos operacionais e custos de licenciamento, para garantir a sustentabilidade); (ii) pequenas obras para financiar centros digitais novos e/ou atualizar os existentes nas IES; (iii) actualização do EMIS do ensino superior (incluindo formação e gestão da mudança); (iv) desenvolvimento e implementação de um programa de formação de competências digitais direccionado e baseado nas necessidades para o corpo docente e pessoal da IES (usando o conteúdo online existente); (v) desenvolvimento e implementação de um programa de atualização e requalificação de competências digitais para o pessoal do MESCTI (incluindo programa de monitorização); e (vi) concetualização da primeira rede universitária virtual de Angola (incluindo estudo de viabilidade e prova de conceito). Poderá também incluir a criação de capacidades inovadoras e just-in-time, como a formação sobre o aproveitamento de tecnologias como o ChatGPT para melhorar a eficácia e a eficiência das tarefas diárias. As pequenas obras limitar-se-ão à renovação das instalações existentes, como a estabilização da eletricidade e a instalação adequada de instalações e equipamentos digitais em determinadas IES. O financiamento do EMIS será organizado em duas categorias. A primeira categoria visa melhorar o EMIS do sector do ensino superior para recolher dados mais completos e sólidos, bem como apoiar a interoperabilidade destes dados através de diferentes aplicações no âmbito do EMIS. A segunda categoria de financiamento terá por objetivo reforçar a capacidade dos técnicos do MESCTI para recolher dados, analisar dados e utilizar esses dados para a tomada de decisões. Em todas as acções de formação, pelo menos 50% dos beneficiários-alvo serão mulheres; o projecto procurará tornar as acções de formação inclusivas e abranger as pessoas com deficiência.

**57. Espera-se que este subcomponente catalise uma transformação digital no sector do ensino superior de Angola.** As actividades que se reforçam mutuamente permitirão, coletivamente, uma melhor prestação de serviços de ensino superior, criando um ambiente propício nas IES para um corpo discente e docente digitalmente competente. O acesso alargado à Internet de banda larga, à aprendizagem online e às plataformas digitais, juntamente com a melhoria das competências do corpo docente e do pessoal das IES, conduzirá a uma mudança radical no sector, abrindo novas possibilidades para que os estudantes angolanos do ensino superior tirem melhor partido da crescente economia digital do seu país e do mundo.

## **Componente 2. Reforço da oferta de educação no ensino superior (100 milhões de dólares)**



2. **A resposta à crise da educação nos níveis primário e secundário em Angola exige a revisão do atual ecossistema de preparação de professores, para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos e aumentar o número de alunos preparados que progridem para o ensino superior.** Os professores qualificados são o elemento mais impactante da experiência educativa de um aluno, e a expansão do acesso à educação deve ser acompanhada por um crescimento relevante no número de professores bem preparados e prontos para liderar as salas de aula e monitorizar a aprendizagem. Tanto o número de diplomados das instituições de formação de professores como o nível de competência desses diplomados têm de aumentar drasticamente. Isto inclui atrair mais candidatas a professoras a todos os níveis e disciplinas (especialmente STEM). Dado o papel fundamental que o aumento da oferta de professores de qualidade desempenha na resolução da crise da educação em Angola nos níveis pré-universitários, o Governo de Angola manifestou a sua intenção de se candidatar ao mecanismo de subvenção multiplicadora da Parceria Global para a Educação (GPE) para garantir o co-financiamento destas actividades (até um máximo de 50 milhões de dólares). Esta componente modernizará e actualizará as infra-estruturas de alguns Institutos de Formação de Professores (subcomponente 2.1) e melhorará a programação curricular e o ensino em todos os IFP (subcomponente 2.2).

*Subcomponente 2.1: Melhoria da qualidade da preparação através do alargamento do acesso a uma formação pré-serviço de professores acreditada e com garantia de qualidade (US \$90 milhões)*

3. **Este subcomponente irá expandir a oferta de formação de professores eficaz e de qualidade garantida, através de investimentos em infra-estruturas críticas e modernização de instalações.** Para transformar o futuro corpo de professores angolanos, este subcomponente modernizará as instituições de formação de professores de Angola (*Instituto Superior de Ciências da Educação/ISCEDs e Escola Superior Pedagógica*), tornando-as instituições bem equipadas para um ensino e aprendizagem práticos e de grande impacto. A modernização das instituições de formação de professores envolve a actualização de infra-estruturas e instalações, incluindo infra-estruturas digitais, para as tornar propícias à formação, bem como o aumento da oferta de espaços nessas instituições. Será dada ênfase a uma conceção que inclua as questões de género (por exemplo, salas de amamentação; residências e espaços de estudo dedicados às mulheres). A expansão do acesso à formação de professores também envolve a eliminação de barreiras à entrada de grupos marginalizados, particularmente mulheres, dado o elevado custo do ensino superior no país.

4. **As actividades no âmbito desta componente começam com a assistência técnica para realizar as avaliações das necessidades e a conceção dos projectos no âmbito do PPA, seguidas de investimentos em infra-estruturas para renovar e expandir as IFP, bem como para reduzir as barreiras ao acesso.** As avaliações e os correspondentes projectos de arquitetura para a modernização das infra-estruturas serão realizados para cada um dos Institutos de Formação de Professores seleccionados, a fim de identificar as especificações necessárias para aumentar os espaços e modernizar as instalações que permitem o ensino e a aprendizagem, com vista a equipar os centros com infra-estruturas digitais e projectos inclusivos em termos de género. A avaliação das necessidades efectuará uma análise pormenorizada e recomendará os tipos de melhoramentos e outras condições necessárias nos IFP. As obras podem incluir a expansão ou a melhoria dos espaços físicos (por exemplo, salas de aula, laboratórios STEM/computadores, bibliotecas, casas de banho), equipamento (por exemplo, mobiliário), ferramentas



de ensino e aprendizagem (por exemplo, material didático, material educativo), infra-estruturas digitais (por exemplo, computadores, conectividade estável à Internet, sistemas de gestão da aprendizagem) e outros factores de facilitação (por exemplo, eletricidade). Em cada local serão igualmente elaborados planos de gestão ambiental e social (PGAS), bem como contratos de supervisão da construção, em conformidade com as políticas do FSE e as boas práticas regionais. A avaliação das necessidades dos Institutos de Formação de Professores permitirá compreender melhor as disparidades entre homens e mulheres (professores e estudantes), nomeadamente nas disciplinas STEM. O subcomponente também aumentará o acesso à formação de professores, eliminando as barreiras financeiras que o limitam. Serão concedidos incentivos financeiros aos candidatos promissores, em especial às mulheres, para reduzir o custo da frequência do ensino superior ou para fazer face a outros condicionalismos monetários limitadores.

5. **Este subcomponente criará mais XX, XXX espaços de formação de professores em Angola, licenciados mais bem preparados para a sala de aula e um maior acesso das mulheres aos IFPs.** Esta capacidade acrescida na preparação dos professores antes da sua entrada em serviço é o ponto de partida para enfrentar a dupla crise do ensino pré-universitário em Angola: i) a crise das crianças que não frequentam a escola e ii) a crise da aprendizagem. Condições alargadas e melhoradas dentro dos Institutos de Formação de Professores, juntamente com um currículo melhorado com actividades mais ágeis e relevantes para a sala de aula, produzirão graduados que estarão mais preparados para, por sua vez, ensinar os estudantes, uma vez que entrem na sala de aula como professores. Uma compreensão abrangente dos factores que determinam os desequilíbrios entre os sexos no ensino secundário e superior (incluindo os IFP) permitirá identificar e eliminar os obstáculos à entrada e à conclusão dos programas de formação de professores por parte das mulheres, em especial nas disciplinas tradicionalmente dominadas pelos homens, como as STEM.

*Subcomponente 2.2: Melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação dos professores (US \$10 milhões)*

6. **A melhoria da qualidade do ensino e da preparação nas instituições de formação de professores exige acções a nível legislativo, curricular, institucional e individual.** A nível legislativo, serão introduzidas alterações ao Decreto sobre a Preparação de Professores para flexibilizar alguns dos requisitos que atualmente distorcem a ênfase nas competências de ensino (como a preparação de uma tese final). Em segundo lugar, a relação entre os IFP e as escolas básicas circundantes será reforçada através de um acordo a nível nacional entre o MESCTI e o MED. Isto conduzirá a melhorias a nível do currículo, com a introdução de mais elementos práticos na formação de professores, de modo que se passe mais tempo na sala de aula a adquirir competências pedagógicas eficazes. Do mesmo modo, a aquisição de competências digitais pelos alunos exigirá mudanças no sentido de garantir que os professores possam realizar tarefas básicas com o grau de complexidade e autonomia necessário para transmitir competências digitais fundamentais nas suas salas de aula. Ao nível das instituições, será prestada assistência técnica de modo que os formadores de professores estejam mais aptos a desempenhar os seus mandatos com um Hiper foco na resolução da crise de aprendizagem em Angola. Finalmente, ao nível do indivíduo, serão aplicados melhores instrumentos de seleção para garantir que os candidatos certos entrem na profissão de professor ex-ante, incluindo uma actualização do processo de exame de admissão, e actividades de recrutamento melhoradas para atrair os candidatos mais



promissores<sup>28</sup>. Serão também considerados programas de remediação ou nivelamento para ajudar a corrigir as lacunas na capacidade académica e na prontidão para a aprendizagem de níveis de ensino anteriores. Estes serviços de apoio a nível individual têm por objetivo reduzir os constrangimentos e ampliar o acesso, em especial para as mulheres candidatas.

**7. As actividades no âmbito desta componente incluem assistência técnica para aconselhar sobre as alterações necessárias aos programas de estudo, actividades de formação para melhorar a eficácia do corpo docente e custos operacionais.** O corpo docente dos ITT será apoiado para obter as credenciais e as competências necessárias, incluindo competências digitais, para preparar melhor os estudantes do ensino superior para a sala de aula. Tal implica garantir que os licenciados sejam mais capazes de desenvolver competências pedagógicas adequadas, desenvolver competências digitais, utilizar tecnologias de base para o ensino e a aprendizagem e sensibilizar para o impacto das alterações climáticas. Serão concedidos incentivos aos candidatos mais promissores, a fim de eliminar os obstáculos ao acesso ou à conclusão dos programas IFP, em especial aos candidatos do sexo feminino (por exemplo, bolsas de estudo ou subsídios), facilitando assim a entrada de grupos mais fortes nos IFP. O MESCTI e o Ministério da Educação (MED) serão capacitados e apoiados para apoiar actividades que melhorem a qualidade do ensino e dos programas (por exemplo, melhorar a paridade de género nos grupos de entrada e no corpo docente; atualizar o currículo, incluindo a formação prática nas escolas; melhorar as competências do corpo docente; reforçar o grupo de licenciados que entra possivelmente através da atualização das políticas de recrutamento). O projecto financiará actividades de assistência técnica e custos operacionais (por exemplo, orientações actualizadas, currículos actualizados, manuais operacionais, políticas).

**8. Este subcomponente resultará em licenciados dos IFPs que estão mais bem preparados para entrar no sistema de ensino básico de Angola.** Os licenciados em Institutos de Formação de Professores estarão equipados com experiência prática na sala de aula durante a sua formação pré-serviço e com uma forte concentração na forma de apoiar os alunos a aprender. A melhoria da qualidade dos licenciados será medida através da aplicação de uma versão adaptada localmente da ferramenta de observação de aulas TEACH, integrada no curso dos programas de preparação de professores, que mede de forma robusta as competências pedagógicas dos professores. Como condição prévia para melhorar o stock de competências digitais em Angola (começando pelo sector da educação), os seus professores também se formarão nos IFP remodelados com as competências e capacidades necessárias para acompanhar os seus futuros alunos na sua aprendizagem, incluindo a aprendizagem digital. A melhoria das competências digitais dos professores diplomados aumentará o seu acesso aos recursos, aumentará a eficiência nas tarefas administrativas e alargará a utilização de tecnologias básicas para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula.

### **Componente 3. Reforçar a capacidade de gestão, controlo e avaliação (15 milhões de dólares)**

**9. Esta componente investirá no reforço da capacidade de gestão das IES, bem como do MESCTI.** Centra-se especificamente no reforço da capacidade de gestão geral do projecto, bem como na gestão fiduciária, no acompanhamento e na avaliação. No que diz respeito às áreas fiduciárias, as actividades

---

<sup>28</sup> Estas actividades serão levadas a cabo em paralelo com o apoio às políticas dos professores no âmbito do projecto "Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todos" (P168699).





centrar-se-ão na gestão financeira (planeamento e execução do orçamento), nos contratos públicos e no reforço dos sistemas nos domínios das salvaguardas ambientais e sociais. Dadas as taxas muito baixas de execução orçamental, as actividades procurarão soluções práticas que deem aos administradores das IES uma melhor visibilidade e previsibilidade dos recursos com que podem operar. Um tema central será a melhoria da capacidade de gestão das finanças públicas (incluindo os contratos públicos), bem como a melhoria da transparência orçamental, em conformidade com a iniciativa de transparência orçamental aberta.<sup>29</sup>

10. **As actividades no âmbito desta componente incluem assistência técnica, formação e custos operacionais.** No que se refere ao reforço da capacidade de gestão financeira e de projectos do MESCTI, serão contratados consultores para ajudar a desenvolver e reforçar os manuais operacionais de gestão do sector do ensino superior. No que diz respeito ao reforço da capacidade de gestão das instituições de ensino superior, as principais actividades consistiriam em melhorar a capacidade de gestão das IES através da prestação de assistência técnica sistemática e a longo prazo para melhorar as competências de gestão dos administradores das IES. Tal poderia incluir a inscrição num curso de ensino à distância de um ano, combinado com visitas de estudo e orientação de parceiros regionais e internacionais.

11. **Esta componente resultará em IES mais bem geridas e mais capazes de responder aos desafios do sector. Também resultará num sistema de gestão reforçado no âmbito do MESCTI.** Para as IES, as actividades do projecto culminarão em instituições que utilizam dados para diagnosticar desafios críticos, estão mais bem equipadas para responder a esses desafios, possuem práticas de gestão e procedimentos operacionais mais sólidos e investem eficazmente os seus orçamentos, o que resulta em melhores taxas de execução orçamental. Para o MESCTI, resultará em aprovações mais atempadas de novos cursos, num melhor coordenação e planeamento do sector, em procedimentos de avaliação mais sólidos e numa mobilização mais eficiente dos recursos para o sector.

---

<sup>29</sup> <https://internationalbudget.org/>